

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE (CMDCA)
IGARATINGA - MG**

PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO (A) TUTELAR.

1 – Considerando a Lei Municipal nº 1.226/2013, marque a afirmativa verdadeira:

- a) Ao Conselheiro Tutelar é permitido valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem.
- b) Ao Conselheiro Tutelar é permitido delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade.
- c) Ao Conselheiro Tutelar é permitido ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, quando em diligências ou por necessidade do serviço.
- d) Ao Conselheiro Tutelar é permitido recusar fé a documento público.

2 – A Lei Municipal nº 1.226/2013 estabelece que a perda da função será aplicada:

I - Em reincidência, específica ou não, das faltas punidas com suspensão não remunerada.

II – Em caso de incidência em proibições previstas no Art. 46 ou ainda no caso de infração ao disposto no Art. 50 desta lei, que seja considerada pelo CMDCA de natureza grave.

III – Em decorrência de condenação passada em julgado, por crime ou contravenção que seja incompatível com o exercício de sua função ou ainda por condenação, passada em julgado, por prática de ato de improbidade administrativa.

É correto afirmar que:

- a) Somente uma afirmativa é verdadeira.
- b) Somente duas afirmativas são verdadeiras.
- c) Todas as afirmativas são verdadeiras
- d) Todas as afirmativas são falsas.

3 – Com base na Lei Municipal nº 1.226/2013, referente as atribuições do Conselho Tutelar é ERRADO afirmar :

- a) A execução das medidas de proteção deverá ser delegada somente ao Conselho Tutelar de residência dos pais ou responsável, nunca ao Conselho Tutelar do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

b) O Conselho Tutelar poderá agir em qualquer território, independente do domicílio dos pais e/ou responsáveis do menor em questão, desde que tenha recebido denúncia.

c) Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar, da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, contingência e prevenção.

d) É incumbência do Conselho Tutelar fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executam programas de proteção e sócio-educativas.

4 – Nos termos da Lei Municipal nº 1.226/2013, Os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Reconhecida idoneidade moral.

II – Idade superior a 18 (dezoito) anos.

III – Residir no município a mais de 05 anos.

IV – Estar em gozo dos direitos políticos.

V – Experiência na área de proteção e atendimento à Criança e ao Adolescente.

VI – Conhecimento e integração das políticas de atendimento e defesa à Criança e ao Adolescente.

VII – Compatibilidade pessoal e laboral para o exercício do encargo.

VIII – Ausência de condenação judicial, criminal ou em ação de improbidade administrativa, pendente julgamento de recurso.

Marque a resposta correta:

a) Somente uma afirmativa está incorreta.

b) Somente duas afirmativas estão incorretas.

c) Somente três afirmativas estão incorretas.

d) Nenhuma das afirmativas estão corretas.

5 – Nos termos da Lei Municipal nº 1.226/2013, são deveres do membro do Conselho Tutelar, exceto:

a) Observar as normas legais e regulamentares.

- b) Exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme a Lei nº 8.069/90.
- c) Manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha.
- d) Comparecer às reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, somente quando convocados, devendo constar nas convocações os assuntos que serão tratados.

6 – Conforme a Lei nº1.322/2015, em caso de empate na votação, serão considerados critérios de desempate:

- a) Maior grau de escolaridade;
- b) Quem obtiver a maior pontuação na prova de conhecimento específico;
- c) O candidato mais novo;
- d) Aquele que o técnico de nível superior – psicólogo avaliar como mais apto a atuar no Conselho Tutelar.

7 – São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- a) Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas nos artigos 101, I a VII;
- b) Atender e aconselhar os pais e ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII
- c) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- d) Encaminhar, somente quando julgar necessário, à autoridade judiciária os casos de sua competência.

8 – São asseguradas aos adolescentes, entre outras, as seguintes garantias, exceto:

- a) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- b) Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- c) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em algumas fases do procedimento.
- d) Todas as afirmativas estão incorretas.

9 – A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, exceto:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- b) Direito de ser respeitado por seus educadores;
- c) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- d) Dever de organização e participação em entidades estudantis;

10 – Não é correto afirmar sobre o Conselho Tutelar:

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo poder público de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei;
- b) Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local, permitida uma recondução;
- c) Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do conselho tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros;
- d) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

11 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar, em relação a:

- a) Notas abaixo da média;
- b) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- c) Todos os casos de repetência;
- d) Maus comportamento de alunos dentro da sala de aula.

12 – Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente várias medidas, é incorreto afirmar:

- a) A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la;
- b) A medida aplicada ao adolescente não levará em conta as circunstâncias da prática de ato infracional e sua gravidade;

- c) Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado;
- d) Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

13 – verificando qualquer das hipóteses previstas no artigo 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas, exceto:

- a) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino superior;
- d) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

14 – Com relação a Produtos e Serviços, não é proibido fornecer a criança e adolescente:

- a) Hospedagem em hotel ou motel, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável;
- b) Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
- c) fogos de estampido e de artifício, inclusive aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
- d) Revistas e publicações a que alude o artigo 78.

15 – Maria é casada com João, que é filho da Francisca. Maria e Francisca fizeram o processo seletivo para o conselho tutelar da cidade de Pirim-pirim, e agora, as duas poderão servir no mesmo Conselho Tutelar?

- a) Sim, comprovado a união em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- b) Sim, desde que não sejam em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- c) Não, baseado no artigo 140 do ECA.
- d) Não, no entanto poderá ser aberto precedente se optarem em trabalhar em horários diferenciados.

16 – Pedrinho de 04 anos de idade, foi atendido no pronto atendimento municipal, com quadro de febre e desnutrição, ao ser avaliado seu cartão de vacinação, o enfermeiro percebeu que havia várias vacinas atrasadas, este profissional deverá comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar que deverá fazer os seguintes procedimentos, exceto:

- a) Receber a denuncia e futuramente fazer investigação do caso;

- b) Deslocar imediatamente para o pronto atendimento e iniciar o atendimento do caso;
- c) Comunicar com a Unidade de Saúde responsável pelo atendimento rotineiro da criança e agendar dia para realização da vacinação;
- d) Fazer acompanhamento do caso, confirmar que as vacinas foram realizadas, que a criança saiu do quadro de desnutrição.

17 – O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe, sai diariamente para trabalhar e costuma deixar sozinho em casa o seu filho de apenas 5 anos de idade. Qual a primeira providencia a ser adotado pelo Conselho Tutelar?

- a) Visitar a mãe, adverti-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento de família durante um determinado período.
- b) Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
- c) Denunciar a mãe na Secretaria de Assistência Social.
- d) Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providencias que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.

18 – Em relação ao que dispõe o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) para a gestante, assinale a alternativa incorreta:

- a) À gestante, é assegurado o atendimento pré e perinatal através do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) A gestante não tem direito ao atendimento preferencial pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal, garantido apenas o direito ao atendimento pelo SUS;
- c) Os hospitais e estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, garantindo ao bebê a permanência com a mãe e a garantir condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive a mães submetidas a medidas de privação de liberdade;
- d) Compete ao Poder Público proporcionar a gestante e a nutriz apoio alimentar sempre que necessário.

19 – Sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta:

- a) Criança é a pessoa com até 13 (treze) anos completos;
- b) Adolescente é a pessoa entre 12 (doze) e 21 (vinte e um) anos;
- c) Criança é a pessoa com até 12 (doze) anos completos e adolescente é a pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos;
- d) Criança é a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos e adolescente é a pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos.

20 – Conforme disposto no artigo 101, parágrafo 11, do Estatuto da criança e adolescente (ECA), a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre crianças e adolescente em regime de acolhimento familiar e institucional, tendo acesso as essas informações os seguintes órgãos:

- a) Apenas Ministério Público e Conselho Tutelar;
- b) Somente Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- c) Ministério Público, Conselho Tutelar e o órgão gestor da Assistência Social;
- d) Ministério Público, Conselho Tutelar, órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente e da Assistência Social.